



Curso

Código do Procedimento Administrativo para não Juristas - (CPA)

15, 17 e 19 junho | 2026

Horário das Sessões (3h30m) | 09h30m – 13h00m

Carga horária | 10,5h

Formador | Paulo Linhares Dias

Coordenação | Ana Oliveira

Formato | Online (Microsoft Teams)

Valor da Inscrição: 275,00€ (acresce IVA à taxa legal em vigor)

Paulo Linhares Dias

Formador



- ❖ Professor Auxiliar Convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;
- ❖ Investigador Integrado do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;
- ❖ Doutor em Direito Público pela FDUC, aprovado com distinção e louvor;
- ❖ Mestre em Ciências Jurídico-Políticas, menção em Direito Administrativo, pela FDUC;
- ❖ Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;
- ❖ Pós Graduado em Direito Administrativo e Regional pela Universidade dos Açores/Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
- ❖ Pós Graduado em Justiça Administrativa pela FDUC;
- ❖ Curso de Especialização em Contencioso Comunitário pela FDUC;
- ❖ Membro do Grupo de Contratação Pública do CEDIPRE;
- ❖ Árbitro em matéria de contratação pública no Centro de Arbitragem da APMEP;
- ❖ Árbitro do Centro Nacional de Arbitragem da Construção;
- ❖ Membro de vários júris de provas de agregação na Ordem dos Advogados Portugueses e Centro de Estudos Judiciários e de júris de mestrado em Universidades;
- ❖ Autor de vários livros, capítulo de livros e artigos em revistas de Direito Público;
- ❖ Áreas preferências de investigação: Direito dos contratos públicos; Empreitadas de Obras Públicas; Direito das subvenções; Direito da Segurança Social e jurisdição financeira.

Objetivos

No final da formação os formandos deverão ser capazes de:

- ✓ Identificar as principais mudanças trazidas pelo Código de Procedimento Administrativo (CPA) de 2015 e compreender de que forma estas inovações impactam o funcionamento da Administração Pública;
- ✓ Compreender as etapas do procedimento administrativo e saber aplicá-las corretamente em situações práticas;
- ✓ Reconhecer as diferentes formas de atuação da Administração Pública — como o ato administrativo, o regulamento e o contrato — e entender as regras que regulam cada uma, conforme o CPA;
- ✓ Despertar para a relevância das alterações introduzidas pelo CPA 2015, promovendo uma visão crítica e atualizada da Administração Pública;
- ✓ Conhecer os princípios que orientam a atividade administrativa, compreendendo o seu papel na tomada de decisões e na relação com os cidadãos.

Público-Alvo

Dirigentes, Técnicos Superiores e Assistentes Técnicos de Entidades Públicas, que na sua atividade, tenham que atualizar conhecimentos sobre a conformidade do regime jurídico em vigor no âmbito do CPA.

Metodologia

- ✓ **Formação Certificada pela DGERT** – Certificado emitido pela Plataforma SIGO, no final da ação, aos formandos que cumprirem os requisitos para o efeito;
- ✓ No decorrer da formação, os formandos serão incentivados a uma participação ativa, com o objetivo de promover uma maior assimilação dos conteúdos abordados, através do envolvimento individual e da análise de situações exemplificativas e casos práticos aplicáveis ao contexto profissional.

Conteúdos Programáticos

1. Âmbito de aplicação do CPA: objetivo e subjetivo
2. Os princípios gerais da atividade administrativa: os novos e a densificação dos existentes
3. Os órgãos da Administração Pública:
 - 3.1. Regras de competências a irrenunciabilidade
 - 3.2. Regras de funcionamento dos órgãos colegiais
 - 3.3. As garantias de imparcialidade: impedimentos
4. Regras Gerais do Procedimento Administrativo: órgãos colegiais (funcionamento e regras de imparcialidade)
5. O procedimento do ato administrativo
6. O procedimento do regulamento administrativo
7. O regime substantivo do ato administrativo:
 - 7.1. Noção de ato administrativo
 - 7.2. Os requisitos de validade do ato administrativo
 - 7.3. A revogação e anulação administrativa
8. O regime substantivo do regulamento administrativo
 - 8.1. A noção de regulamento
 - 8.2. Os tipos de regulamentos
 - 8.3. O regime da invalidade do regulamentos administrativo
9. As garantias gratuitas dos particulares:
 - 9.1. A reclamação
 - 9.2. O recurso hierárquico
 - 9.3. Os recursos impróprios
10. Casos Práticos (Aplicação prática na Administração Pública e Contratação Pública)

Requisitos de Participação



Do ponto de vista técnico, os formandos terão de dispor de computador com acesso à internet, microfone, colunas/auriculares e câmara e devem testar o equipamento antes do arranque da ação;

Os formandos devem consultar e ter presente o Regulamento e Condições Gerais disponível no site.



Valor e Condições de Pagamento

Valor da Inscrição: 275,00€

(a este valor acresce IVA à taxa legal em vigor)

Condições de Pagamento:

A inscrição ficará confirmada com envio do comprovativo de pagamento, ou no caso de Entidades Públicas, com o envio da respetiva nota de encomenda e/ou número de compromisso, para o email formacao@xni9consulting.com.

Caso o processo interno de despesa não esteja concluído antes dos timings apresentados, podem entrar em contacto connosco, para analisarmos conjuntamente a situação.



XNi9
consulting & training

Together,
we can
make a
difference.

xni9consulting.com



Entidade
Formadora
Certificada
dgert